

SOFIA REINACH

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO  
AUTOGESTIONÁRIA

Relatório apresentado como parte  
dos requisitos de conclusão da  
Iniciação Científica na EAESP-  
FGV sob orientação do professor  
Luis Guilherme Galeão-Silva.

FGV- EAESP

2008

*De acordo  
Luis Guilherme Galeão-Silva*

## **Resumo**

A economia solidária tem como proposta criar um sistema econômico e uma sociedade focados no ser humano em que esse protagoniza sua própria vida. As organizações autogestionárias são vistas como uma das formas de se alcançar esse objetivo. Essas organizações têm como principal característica o fato de os trabalhadores se organizarem de forma igualitária como donos do negócio. Esse trabalho é o relatório final de uma Iniciação Científica que, a partir da observação da dinâmica do trabalho em uma cooperativa e das características das trabalhadoras, se propôs a fazer um estudo aprofundado sobre alguns aspectos psicossociais presentes ali que afetam ou são afetados pela estrutura autogestionária da cooperativa. Sendo assim, foram abordadas as questões de gênero e da simbolização negativa do lixo e suas peculiaridades em uma organização autogestionária, além da discussão sobre a presença das razões instrumental e comunicativa propostas por Jürgen Habermas no dia-a-dia da cooperativa em questão. O objetivo dessa pesquisa foi, a partir da observação da dinâmica do trabalho na cooperativa e as características das trabalhadoras, fazer um estudo aprofundado sobre o que gera os aspectos colocados acima e em que eles acarretam tendo como referencial os estudos da psicologia social, da psicanálise e da teoria crítica da sociedade.

Palavras chave: Economia Solidária, Autogestão, Psicologia social, Gênero, Ação Comunicativa, Significado do Lixo.

## **Agradecimentos**

Às meninas da Cooperilha que se abriram para esse trabalho e possibilitaram que ele ocorresse. À Lia e ao Felipe que apoiaram e acreditaram na pesquisa. Aos meus irmãos da Incubadora que construíram isso comigo.

Ao meu orientador Galeão que esteve comigo e, pacientemente, me guiou nas trilhas obscuras de um trabalho científico. Ao professor Ricardo Bresler pelas conversas iluminadas. Ao Adriano pelo carinho e compreensão. À minha mãe, Elisa, pelas correções em voz alta, por sua paciência e pelo eterno incentivo.

## Sumário

1. Introdução .....	5
2. Referencial Teórico .....	6
2.2 Psicologia Social e Psicanálise.....	8
2.3. Teoria Crítica da Sociedade – Razões Instrumental, Comunicativa e Estratégica .	10
2.4. O simbolismo negativo do lixo .....	12
3. Método .....	13
4. Resultados .....	15
4.1 A Cooperativa e o seu Entorno.....	15
4.2 A chegada .....	21
4.3 A questão do gênero na organização autogestionária .....	23
4.4 O desconforto do trabalho com o lixo .....	27
4.5 Razão Instrumental e a Autogestão da Cooperativa .....	29
5. Conclusão .....	31
6. Referências .....	33
7. Índice de Figuras.....	34

## 1. Introdução

A economia solidária é representada por um conjunto de iniciativas inspiradas em valores humanos que coloca o ser humano como sujeito no processo da vida e na atividade econômica, ao invés da acumulação de capital. Essa economia corresponde ao conjunto de atividades socioeconômicas – de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão.

Organizações autogestionárias são diferentes das tradicionais devido à maneira como se organizam as pessoas que ali trabalham. Essas organizações têm como proposta um diferente uso das forças produtivas, em que os trabalhadores se organizam de maneira igualitária. O grupo é dono dos meios de produção (cada um de uma parte) e tudo o que se ganha é dividido igualmente entre os proprietários. O que há de mais importante no modelo de organização autogestionária é o que vai além da democracia, a participação. Dessa maneira, é possível chegar a um conceito do que é a democracia na gestão. A participação no processo decisório do empreendimento é uma das iniciativas participativas que estão envolvidas na autogestão (GAIGER, 2007)<sup>1</sup>.

Hoje em dia, a autogestão é encontrada nas iniciativas do movimento da economia solidária. A economia solidária também possui uma abordagem de caráter propositivo de uma nova organização da sociedade, no entanto, nesse momento histórico, convive com o capitalismo. “A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.” (SINGER, 2004, p.11).

A atenção para o que acontece com o indivíduo que trabalha na organização é importante, pois afeta a forma como se dá a apropriação da produção pelos membros da cooperativa. Por isso, o foco desta pesquisa foram as dimensões interpessoais que atingem a autogestão. O objetivo dessa pesquisa foi, a partir da observação da dinâmica do trabalho na cooperativa e as características das trabalhadoras, fazer um estudo aprofundado sobre o que gera esses fatores e em que eles acarretam para a autogestão. O referencial teórico foram os estudos da psicologia social, a psicanálise e a teoria crítica da sociedade.

## 2. Referencial Teórico

Para a realização das análises desse trabalho foram utilizados alguns principais eixos de estudo. Para demonstrar em qual contexto o objeto de estudo está inserido, foi necessário formar uma base teórica sobre os temas da economia solidária e da autogestão. À luz das principais teorias sobre o assunto, foi possível entender algumas premissas que regem o trabalho da cooperativa em questão. A partir daí, foi compreendida a origem da existência da proposta autogestionária para o empreendimento.

As análises foram feitas a partir de três principais áreas de estudo, sendo elas: a psicologia social, a psicanálise e a teoria crítica da sociedade. A psicologia social, caracterizada por ser uma disciplina de fronteira entre a psicologia e a sociologia, trouxe algumas discussões sobre “humilhação social” e “identidade”. Já a psicanálise foi explorada para a discussão da posição do gênero feminino na sociedade. Por fim, a teoria crítica foi representada principalmente pelos estudos de Jürgen Habermas sobre a razão e ação comunicativa.

Além dessas três principais linhas de estudo, foi discutido também o simbolismo negativo do lixo para sociedade. Para isso foram levantados alguns estudos já existentes no tema que discutem a semântica do lixo. Com base nesses estudos e pesquisas, foram elaboradas as análises propostas aqui.

### 2.1. Economia Solidária e Autogestão

A economia solidária é um movimento social que propõe a substituição da matriz econômica sedimentada num sistema de valores baseados no lucro, na acumulação e na competição, por uma outra matriz econômico-produtiva resultante de um sistema de valores centrados no bem estar social e na cooperação. A economia solidária tem como valores o trabalho, o saber e a criatividade humana, caracterizando-se por ter alta racionalidade social (GAIGER, 2007).

Segundo coloca o autor Genauto Carvalho de França Filho as iniciativas da economia solidária fazem parte de um rol de novas formas de solidariedade, sendo uma “iniciativa cidadã”. São formas inéditas de solidariedade que não se encaixam nos moldes já existentes do conceito de solidariedade (FRANÇA FILHO, 2003).

Além disso, França Filho caracteriza a economia solidária como um novo modo de regulação da sociedade diferente das formas tradicionais de interpretação desse fenômeno. Ou seja, não pretende nem enxergar as experiências como modo reativo de formas de sociabilidade comunitarista com forte alusão e peso das tradições e costumes, nem tampouco ser o chamado “terceiro setor” que tem papel paliativo ao sistema, estando entre mercado e Estado. Para o autor, a economia solidária teria o papel de interagir com o Estado e o mercado numa “perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, objetivando subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva.” (FRANÇA FILHO, 2003).

A economia solidária levaria ao setor econômico a democracia, tendo para a economia outro olhar, o de “economia plural”. Para explicar esse olhar o autor apresenta a classificação do tipo polanyiana em que existe uma *economia mercantil*, uma *economia não mercantil* e uma *economia não monetária*. A primeira é a economia no seu sentido mais popular, que se refere a uma troca impessoal regida pela moeda. A segunda é aquela fundamentada na redistribuição, em geral marcada pela figura do Estado que se apropria do recurso para redistribuí-lo. A terceira diz respeito as relações de reciprocidade, estruturada pelo “dar”, “receber” e “retribuir” e em geral aparece de modo horizontal nas relações afetivas e/ou familiares. Sendo assim, a economia solidária seria uma junção dessas três economias. Ou seja, não abandonaria o conceito de geração de riqueza, mas teria esse conceito de mercado intrincado com as relações estabelecidas pelo mercado não monetário de reciprocidade e também ser complementado pela função redistributiva, mas não se limitando a isso. Assim teríamos o processo de mercantilização, que gera riqueza, regido por outros princípios que estão presentes nos outros tipos de economia que não a mercantil (FRANÇA FILHO, 2003).

De acordo com esses fundamentos, os participantes na atividade econômica devem cooperar ao invés de competir entre si, com vistas ao alcance de uma sociedade em que predomine a igualdade. A chave da proposta da economia solidária é a associação entre iguais, ao invés de um contrato entre desiguais.

A autogestão é a forma social de produção que caracteriza o modo de produção da economia solidária. A característica essencial dessa forma de produção é que os donos dos meios são os mesmos que se utilizam deles, sendo assim, qualquer decisão a ser

tomada passa pelo crivo de todas as pessoas. O empreendimento é dos indivíduos que ali trabalham, cada um tendo posse de uma parte (GAIGER, 2007).

O conceito de autogestão nem sempre esteve associado à economia solidária. Para Proudhon, uma sociedade autônoma, constituída por uma rede de organizações autônomas, seria o caminho para o socialismo científico. Segundo ele, a ciência não poderia existir sem a aprovação e permissão do povo. A ciência, sendo de poucos seria uma arma contra a igualdade. Da mesma maneira, as pessoas não poderiam viver sem a ciência, isso seria um “ataque à liberdade”. Proudhon, apesar de não fazer uso da terminologia atual, ao descrever a sociedade autônoma, se aproxima muito do que hoje se chama autogestão e, por isso é conhecido por ser um dos pais dela (Proudhon, Apud. MOTTA, 1981: 133-138).

## 2.2 Psicologia Social e Psicanálise

A psicologia, através da psicanálise e da psicologia social poderia esclarecer muitos dos problemas enfrentados hoje pelas iniciativas autogestionárias. O entendimento dos problemas pelos quais os indivíduos passam é uma das preocupações enfrentadas pelo movimento da economia solidária, mesmo assim, são poucos os estudos que possuem tal abordagem.

José Moura Gonçalves Filho caracteriza a psicologia social como uma “disciplina de fronteira” por olhar para o indivíduo dentro de um contexto, ou seja, um homem que se relaciona com outros, que faz parte de uma sociedade. O autor escreve sobre a dificuldade que a psicologia e a sociologia sempre tiveram de se relacionar. Ele questiona como os regimes de investigação da formação do modo de produção capitalista (Marx) e a formação da sexualidade humana (Freud) sempre caminharam como duas coisas isoladas, mesmo tendo muito em comum. Para ele deveria existir uma “solução eclética” em que houvesse a vinculação entre formações inconscientes e formações político-sociais. Um dos fenômenos colocados por Moura, que exige essa vinculação para ser compreendido, é o da humilhação social. Esse pode ser considerado efeito da desigualdade política e exclusão de toda uma classe social, mas também é algo que vem de dentro do indivíduo humilhado como uma angústia. Sendo assim, torna-se impossível dissociar o que ocorre internamente com o indivíduo do que ocorre no seu entorno

(MOURA, 1998).

A psicologia social, ao estudar o sofrimento social (CARRETEIRO, 2003) discute diversas situações pelas quais o indivíduo pode passar de acordo com o meio a que está exposto. Situações como pobreza e desemprego levam à interiorização da exclusão e da humilhação o que faz perdurar o sofrimento social. Esses aspectos interiorizados afetam as relações familiares e produtivas. A maneira como as pessoas se organizam em uma organização autogestioária também podem ser afetadas por esses fatores.

A psicologia social também levanta questões como construção da identidade que podem ser muito úteis no diagnóstico de características psicológicas envolvidas na autogestão. É do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações. Hoje em dia, o sistema capitalista coloca o homem no papel de suporte do capital e acaba por gerar um fenômeno de “coisificação” do homem. Por outro lado não é possível também colocar o homem como apenas um ser subjetivo; “pura consciência” (CIAMPA,1984). A relação dialética entre esse dualismo terá força na construção da identidade do indivíduo de hoje. A identidade se mantém em constante mutação de acordo com os movimentos da vida. Os seres humanos vão se igualando e diferenciando de acordo com os grupos sociais que são determinados pelo modo de agir. Muitos cientistas sociais consideram que o processo de identificação é um fenômeno social e não natural, sendo assim não são independentes entre si. Um ser tem várias identidades que o formam e elas refletem a estrutura social ao mesmo tempo em que reagem sobre ela (CIAMPA, 1984). Em diversas ocasiões, coloca o autor, a sociedade reconhece apenas um aspecto da identidade de alguém, reduzindo toda a identidade a um papel. Quando isso ocorre, a dinâmica da identidade é enrijecida e, portanto, alienada. Logo, não representa, na verdade, quem é aquela pessoa (CIAMPA, 1984).

Para entender a posição da mulher na sociedade faz-se preciso compreender um contexto complexo. A psicanálise, quando se refere a sujeito, no caso, o feminino, se refere a um ser que faz parte de um momento na história em uma determinada sociedade. Esse ser possui uma linguagem e cultura, ou seja, não seria ele mesmo se não fossem as circunstâncias em que vive (KEHL,1998).

Na segunda metade do século XIX, com o avanço da racionalidade burguesa, o incentivo para que o indivíduo seguisse caminhos próprios e buscasse conquistas para si mesmo

ocorreu de forma brutal. As mulheres também viviam essa pressão, porém ela entrava em conflito com a vida doméstica que possuíam em que a família seria a maior beneficiada e não a mulher individualmente (KEHL, 1998). Não bastando esse conflito intrínseco, as mulheres viviam também a desaprovação do homem que queriam suas esposas cuidando do lar e da família.

Para Freud, enquanto os homens possuem o órgão sexual masculino como uma “identidade” masculina que faz deles um grupo único reconhecido pelo Inconsciente, as mulheres não possuem nada que possa ter função parecida. A única característica comum reconhecida pelo Inconsciente é o que aponta a Mãe. No entanto, o Inconsciente não reconhece a Mãe como mulher já que ela é definida antes da castração que cria a diferença sexual. Lacan, ao colocar isso, mostra uma falha da mulher no acesso ao simbólico (KEHL, 1998). Essa abordagem completa o pensamento de Freud quando esse coloca que, estando a mulher submetida à posição de mãe, ela fica presa ao “estado de natureza” e não pode, como o homem, se tornar um “ser de razão”. Dessa forma, a dificuldade das mulheres de inserção no mercado de trabalho fica parcialmente explicada.

No entanto, como já foi dito aqui, o sujeito está inserido em um contexto e, como coloca Maria Rita Kehl (1998), a psicanálise precisava avançar, acompanhando as mudanças da sociedade. Esse avanço pode começar pela superação da noção de que a identidade de um indivíduo é imutável. Assim, a feminilidade continua a ser uma marca importante da subjetividade de muitas pessoas. Contudo, deixou de ser uma marca apenas da ausência, para ser também o espaço de busca de afirmação da independência das mulheres do julgo masculino.

A mulher é percebida como mãe e está propensa como atriz da sua identidade a estar no mercado de trabalho. A contradição entre essas percepções e a atuação da mulher causa sofrimento a ela. O engessamento dos papéis de cada indivíduo na sociedade precisa ser superado dialeticamente para que o verdadeiro sujeito histórico e social possa existir.

### 2.3. Teoria Crítica da Sociedade – Razões Instrumental, Comunicativa e Estratégica

As discussões propostas nesse trabalho também lançaram mão das argumentações feitas pelos autores da chamada “teoria crítica da sociedade”. Horkheimer define dois tipos de

teoria, a tradicional e a crítica em que a segunda englobaria a primeira. A teoria crítica da Sociedade considera a existência de uma relação dialética entre sujeito e objeto. O sujeito do conhecimento é também um sujeito histórico que está inserido num processo igualmente histórico que o molda e condiciona. O teórico tradicional se coloca fora da dinâmica histórica e social, analisa a sociedade apenas como um objeto que está sendo observado (FREITAG, 1986).

Habermas trouxe para a teoria crítica um novo olhar sobre as relações interpessoais, discutindo a organização da sociedade pelo ângulo da comunicação. Esse autor identificou três tipos de razão que regem as relações sociais. A primeira é a instrumental, regida pelo aprimoramento dos meios em detrimento dos fins. Essa razão rege o meio dinheiro. Nas trocas econômicas essa razão é o principal mediador de qualquer ato comunicativo. A segunda razão é a estratégica, regida pela busca de fins particulares em detrimento dos meios. Essa razão rege o meio poder. Na busca pelo poder são os interesses pessoais que definem o curso das interações sociais. Por fim, Habermas apresenta a “razão comunicativa” em que, por meio de uma comunicação dialógica, busca-se um consenso que se tornará o regente das relações. Nele os fins universais são atingidos por meios que carregam consigo a igualdade com o outro. Esse processo dialógico o autor chama de “ação comunicativa” (REPA, 2008).

A “razão comunicativa” se encontraria na intersecção do mundo social das normas, do mundo objetivo das coisas e do mundo subjetivo dos afetos. Ela seria mais abrangente e menos autoritária, já que se estabeleceria a partir de relações dialéticas constituídas pelo questionamento e pela crítica, onde o melhor argumento prevaleceria. Essa razão nasce da teoria da ação comunicativa quando, a partir do diálogo e da disputa, os indivíduos produzem essa razão. Desta maneira, as relações sociais e a intersubjetividade de cada um são exteriorizadas (HABERMAS, 1987). O diálogo e a construção comum de acordos são peças fundamentais para a democracia, sendo assim, é possível colocar a razão comunicativa como peça para a construção da democracia. Tal razão se constituiria socialmente nas interações espontâneas, mas adquiriria maior rigor pelo discurso. Há duas esferas sociais diferentes, nas quais a fala é exercida: a sistêmica (aspecto da realidade social em que se encontra a razão instrumental e técnica) e a ótica do mundo vivido (visão de dentro da sociedade). Elas são inseparáveis, entretanto o sistema social capitalista tende a oprimir o mundo da vida, por meio da expansão do âmbito do sistema (HABERMAS, 1987).

A razão comunicativa, segundo o autor, ocorre no âmbito do mundo vivido. Esse é o espaço das relações de afeto, seja da família ou de amizades. A razão seria o fruto dessa construção dialógica de um consenso. Entretanto a situação que a sociedade vive hoje não favorece o consenso. Houve uma “colonização do mundo vivido” e os colonizadores são a razão instrumental e a razão estratégica. Ou seja, o espaço que antes era resguardado às relações de afeto em que a razão regente era fruto de uma construção dialógica foi ocupado por razões regidas pelos meios dinheiro e poder (REPA, 2008). Uma organização autogestionária traz em si um aspecto dialógico, pois a construção de consenso pode significar uma tentativa de simular o espaço do mundo vivido no ambiente de trabalho.

A psicologia social crítica nega a existência de um indivíduo isolado dos grupos de que faz parte. A psicologia individual é uma abstração das relações grupais. Por outro lado, as interações nos grupos não ocorrem em um nível abstrato de linguagem ou de relações pessoais isoladas. Todo grupo está inserido na história, ou seja, nas relações de dominação social que são reproduzidas por meio da linguagem e exercidas nas relações pessoais. Assim, um grupo de pessoas é determinado por fatores históricos e materiais que se apresentam nas relações psicossociais da vivência no grupo. Contudo essas relações histórica e materiais podem estar alienadas da consciência das pessoas. Elas podem atribuir os fatores que influenciam o grupo a indivíduos isolados ou a símbolos supostamente a-históricos (LANE, 1984). Os símbolos técnicos, ou seja, a linguagem técnica, restrita ao sistema econômico ou burocrático são denominados de ação instrumental e representam uma enorme ameaça de alienação (HABERMAS, 1987),

#### 2.4. O simbolismo negativo do lixo

O lixo possui, na maior parte das vezes, odor e aparência que desagradam os seres humanos. Além disso, ele é o resto, o que foi descartado e por isso causa repulsa por gerar associação à excreção. Essas características levam as pessoas a associarem o lixo a algo degradante e sem valor que se aproxima, no imaginário, à noção de morte. Talvez seja assim que o lixo passa a ser visto como um tabu (CARMO et all, 2006).

Quem trabalha com o lixo está trabalhando com o que foi descartado por toda a sociedade. Essas pessoas, muitas vezes, sobrevivem daquilo que não tem valor algum

aos olhos dos outros. Dessa forma, faz-se possível enxergar aqui uma situação de humilhação social. Esse fenômeno possui determinantes econômicas e inconscientes e é caracterizada por uma “angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes” que impede o indivíduo de viver sua humanidade (GONÇALVES FILHO, 1998, p.3).

O trabalho com o lixo escancara uma situação de diferença de classes sociais em que aquele que produz o lixo possui uma posição superior àquele que sobrevive do lixo recolhido. Dessa forma, cria-se um contexto de pertencimento e não pertencimento a um lugar na sociedade. A posição de não pertencer gera um sentimento de não fazer parte da sociedade, de não existir (GONÇALVES FILHO, 1998).

A teoria crítica da sociedade e a psicologia social, como descritas acima, foram o referencial para a construção da discussão a respeito da emancipação dos seres humanos numa estrutura organizacional autogestionária. A preocupação com o indivíduo é permanente e, por isso, a importância da emancipação também para a economia solidária. Deste modo, procura-se analisar as condições da organização autogestionária por meio das possibilidades de existência de ações comunicativas e de condições psicossociais não alienantes, como a superação da humilhação e do sofrimento social.

### **3. Método**

O método de pesquisa foi qualitativo e incluiu observação direta do cotidiano no trabalho e das reuniões, entrevistas, história de vida e história oral da cooperativa em questão (HAGUETTE, 2003).

A observação foi feita como forma de coleta de dados a partir da interação da pesquisadora com o objeto pesquisado. Para isso, a presença da pesquisadora na cooperativa se deu diariamente durante um mês. Nesses momentos foi possível interagir com as cooperadas e perceber um pouco como é cotidiano da cooperativa. Esses foram aspectos fundamentais para o bom andamento da pesquisa já que ela demanda proximidade com os indivíduos que trabalham ali. Mesmo não participando da atividade produtiva propriamente dita, o convívio permitiu uma aproximação e conseqüente compreensão de realidades.

Nos primeiros dias de visita, a observação direta foi a única técnica utilizada. Nesses momentos, as conversas eram informais e, em muitos momentos, a pesquisadora se preocupava apenas em entender o cotidiano de trabalho e conhecer as cooperadas. Além de a observação direta gerar resultados investigativos para a pesquisa, ela serviu para aproximar a pesquisadora das cooperadas, possibilitando o uso das outras técnicas nos momentos seguintes.

Após as primeiras visitas destinadas apenas à observação, deu-se início ao uso de outras ferramentas de pesquisa. Nesses dias a observação continuou mas foi mesclada com entrevistas e conversas individuais.

As entrevistas individuais foram semi-dirigidas pela pesquisadora com as cooperadas. O roteiro de perguntas da entrevista foi feito com antecedência pela pesquisadora, levando em conta as condições e limitações do entrevistador, dos entrevistados e da situação da entrevista. A pesquisadora se preocupou em perceber o estado emocional do entrevistado e outros fatores que pudessem influenciar a entrevista, visando ser o mais neutro possível (HAGUETTE, 2003).

A história de vida consiste na autobiografia dos indivíduos que compõe o objeto pesquisado, aqui, as cooperadas. Esse método se dá pela narração de cada um da sua própria vida. Esse mecanismo é útil primeiramente como um novo ponto de vista que pode esclarecer as perguntas da pesquisa. A história de vida pôde auxiliar a pesquisadora a se aproximar do lado subjetivo do estudo (HAGUETTE, 2003). Por fim, a história de vida fez com que a pesquisadora pudesse ter acesso a outros aspectos da identidade daquelas pessoas.

A história oral foi absorvida durante as visitas em conversas informais e também nas entrevistas. Elas contribuíram para entender um pouco mais da vida das cooperadas, suas origens, conflitos, etc. (HAGUETTE, 2003).

De posse das observações e, após um longo trabalho de revisão da literatura sobre o tema, a pesquisadora passou a olhar para a realidade da cooperativa tentando explicar alguns aspectos percebidos a partir dos estudos da psicanálise, teoria crítica da sociedade e psicologia social.



Os terrenos da região são da Marinha e foram ocupados pelos moradores do bairro de forma ilegal. O Governo Federal fez um acordo de concessão com a Marinha e agora foi delegado à Prefeitura do Guarujá legalizar e conceder os títulos de propriedade aos moradores. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no censo do ano 2000, dividiu Santa Cruz dos Navegantes em cinco setores censitários. Por essa análise, pode-se concluir que o bairro possui uma população residente de 5592 pessoas, sendo que mais de 4000 delas habitam setores censitários classificados como subnormais, ou seja, favelas e similares (IBGE, 2000). A partir dos dados coletados nos setores censitários, foi feito o cálculo do índice de vulnerabilidade social que leva em conta: domicílios particulares, tamanho médio do domicílio (em pessoas), responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%), responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo, anos médios de estudo do responsável pelo domicílio, rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio (em reais de julho de 2000), responsáveis com renda de até 3 salários mínimos (%), responsáveis com idade entre 10 e 29 anos (%), idade média do responsável pelo domicílio (em anos), mulheres responsáveis pelo domicílio (%) e crianças de 0 a 4 anos no total de residentes (%).

Um dos setores censitários de Sta. Cruz dos Navegantes possui 513 habitantes e um índice 3 de vulnerabilidade social que significa “vulnerabilidade baixa”. Dois dos setores possuem índice 4, ou seja “vulnerabilidade média”, um com 1425, outro com 1589 habitantes. O quarto setor, com 813 habitantes, possui índice de “vulnerabilidade alta”. Por fim, 1252 pessoas fazem parte de um setor que possui índice de “vulnerabilidade muito alta”(IBGE,2000).

Outros dados interessantes estão na escolaridade da população e no rendimento médio das famílias. Em Santa Cruz dos Navegantes existem mais de 900 pessoas com mais de 10 anos de idade analfabetas e a escolaridade média dos responsáveis por família é de aproximadamente 5 anos de estudos. Por fim, o Censo de 2000 mostra que o rendimento médio dos responsáveis por família em Sta. Cruz é de menos de R\$580,00, valor baixo diante da renda média nacional que gira em torno de R\$1000,00 por mês (IBGE,2000).

Santa Cruz dos Navegantes é um bairro do Guarujá. Porém, como foi dito anteriormente, é um bairro peculiar, pois apesar de pertencer ao município Guarujá é mais próximo de Santos. Para chegar à Santa Cruz dos Navegantes pelo Guarujá é preciso pegar uma estrada sinuosa de, aproximadamente, 10km. O transporte público para tal trajeto é um

microônibus que custa aproximadamente R\$2,20 e sai de Guaiúba, a praia mais próxima. Para chegar por Santos basta pegar uma barca e atravessar o canal. Essa barca custa R\$1,80 ida e volta e faz a travessia com intervalos de 10 a 15 minutos entre uma saída e outra.

Devido à distância e à facilidade de acesso, os moradores de Sta. Cruz dos Navegantes costumam preferir utilizar os serviços de Santos e não do Guarujá. Antes da estrada para o Guarujá ser construída, os moradores utilizavam todos os serviços públicos, tais como escola, hospital, etc. em Santos. No entanto, com a construção da estrada, o governo de Santos começou a exigir que o município do Guarujá atendesse àquelas pessoas. Sendo assim, cada vez está mais difícil para os moradores de Sta. Cruz dos Navegantes utilizar serviços como educação e saúde em Santos.

No bairro existe creche e escola que cobrem desde a educação infantil até ensino fundamental, portanto, as crianças não precisariam percorrer grandes distâncias para estudar. No entanto, existem relatos de moradores que dizem que a frequência de professores na escola é baixa e, por isso, preferem colocar os filhos para estudar no centro do Guarujá. O serviço de saúde do bairro é bastante precário, existem postos de saúde, porém mal equipados e os moradores precisam ir à Santos ou ao centro do Guarujá para serem atendidos.

Para chegar à Cooperilha existem duas possibilidades. A primeira é pegar a barca e andar pela rua principal até o final dela. A segunda é ir de carro pela estrada que liga o centro do Guarujá à Sta. Cruz dos Navegantes e ir por dentro do bairro até chegar na rua principal que vai te levar até a cooperativa. As duas opções são relativamente simples, no entanto, a chegada pela barca te faz sentir-se menos estrangeiro. Um carro de São Paulo chegando ali desperta a curiosidade das pessoas. Muitas vezes perguntam se é jornalista ou se veio filmar alguma coisa.

A Cooperilha fica numa "ruela" não asfaltada que sai da rua principal, Rua Orlando Botelho Ribeiro. Essa rua acaba no porto das barcas que vão para Santos e é nela também que fica a escola do bairro. Durante todo o dia a rua tem movimento de pessoas que, ou estão a caminho de algum lugar, ou estão por lá conversando com vizinhos e amigos. Apesar de os moradores considerarem o bairro violento, a sensação que se tem

na rua é de bastante segurança. O comércio local dá conta da venda de produtos básicos e satisfaz possíveis emergências.



©2008 Google - Imagens ©2008 DigitalGlobe, Dados cartográficos ©2008 MapLink/Tele Atlas - [Termos de Uso](#)

**Ilustração 2: Mapa de Localização - Cooperilha**

Ao perguntar na rua onde fica a cooperativa, as crianças rapidamente se prontificam: “É ali naquele beco!”. O beco é uma rua estreita de chão de terra que dá acesso a três casas, uma delas é a sede da Cooperilha. A porta da cooperativa está sempre aberta e, ao chegar, já é possível avistar as cooperadas trabalhando. A reforma da casa ainda não está pronta, porém “não dava mais para esperar para começar a produzir”. O primeiro andar está apertado e quase não comporta o estoque de materiais e produtos, as máquinas de produção e as produtoras. No entanto, enquanto o segundo andar não fica pronto, improvisam-se prateleiras e armários para que as atividades da Cooperilha não parem.



**Ilustração 3 : Rua da Cooperilha**

No fundo do primeiro andar ficam os tanques para a higienização das garrafas coletadas e, ao lado, prateleiras onde as garrafas são colocadas para secar. Na lateral encontra-se o fogão usado para preparar lanches no período da tarde e, ao lado dele, a produção de flores de garrafa pet. Ao lado da entrada fica o banheiro e em frente à escada, as máquinas de costura. O espaço no centro é usado cada dia para uma atividade diferente e, por isso, não possui mobiliário fixo, de acordo com o que está sendo produzido no dia, os móveis são dispostos ali.



**Ilustração 5: Sede da Cooperilha vista do fundo**

A produção da Cooperilha é bastante variada. O principal produto hoje é o puff de garrafa pet que é feito a partir de uma técnica específica de encaixe de garrafas que garante a estabilidade do assento. Os puffs podem deixar as garrafas aparentes ou podem ser forrados com diferentes tecidos ou técnicas decorativas. Além dos puffs são produzidas poltronas com a mesma técnica de encaixe de garrafas. Outro produto que tem vendido bastante são as flores feitas de garrafa pet. Essas flores são feitas a partir do recorte da garrafa e são artesanalmente estilizadas com tinta e areia colorida.



**Ilustração 4: Produção de flores de garrafa pet**

Além das produções feitas a partir de garrafa pet, a Cooperilha possui máquinas de costura onde produzem, hoje, somente almofadas, porém pretendem, em breve, ampliar a variedade de produtos confeccionados. Por fim, existe a produção de cestarias feitas com canudos de jornal e de bolsas de fuxico (costurados a partir da reutilização dos restos de tecido).



**Ilustração 4: Um dia de trabalho**

A Cooperilha se dedica ainda a recolher o óleo de cozinha usado nas casas dos bairros e juntá-los em galões grandes para que possa ser vendido para o projeto De Olho no Óleo de uma empresa que produz biodiesel. As cooperadas, antes de vender o óleo, separam uma parte e aproveitam para fazer sabão e vendê-los por R\$0,50 a barra ou para incentivar mais pessoas a doar o óleo de suas casas. D. L. explica: “Nós estamos com uma promoção: ‘doe um litro de óleo e ganhe uma barra de sabão!’”. A produção e venda do sabão não são muito grandes, porém possuem um valor descrito pelas cooperadas de “contribuição ao meio ambiente”. Z. conta que antes de entrar para a cooperativa não sabia que o óleo era pernicioso ao meio ambiente, mas agora que descobriu não consegue mais jogá-lo irresponsavelmente no lixo.



Ilustração 5: Garrafas pet higienizadas

As garrafas pet utilizadas pela cooperativa provêm da coleta feita pelas cooperadas três vezes por semana pela manhã. Com um triciclo elas saem recolhendo garrafas jogadas nas ruas, na proximidade do mangue e nas casas. Para essa atividade as cooperadas fazem um rodízio, porém muitas delas contam que não gostam de sair para coletar garrafas. C. A., a presidente da cooperativa conta que, no início, os amigos e a família riam ao vê-la no triciclo “catando lixo”, mas que agora já se acostumaram. C. A. fala que agora não consegue mais ver uma garrafa jogada no chão e não recolher e levar pra cooperativa. Depois de recolhidas, as garrafas são devidamente higienizadas nos tanques da cooperativa.

#### 4.2 A chegada

A Cooperilha foi formada a partir do projeto Reutilizando Materiais, Reciclando Idéias da ONG E. N. em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da XXX. Esse projeto foi financiado pela empresa estatal P. e executado pelas instituições colocadas acima. No decorrer do processo foi criada a ONG U. V., uma extensão da E. N. que acabou por adotar o projeto e ocupar o lugar da ONG que a criou. Isso ocorreu pois a U. V. é uma ONG mais especializada em questões sociais, enquanto que a E. N. tem foco maior no Meio Ambiente.

O meu contato com a Cooperilha se deu por meio da ITCP XXX onde trabalhei por três anos. Dessa maneira, o contato com a cooperativa foi facilitado pelos meus colegas que já trabalhavam na incubação dessa cooperativa. O meu primeiro contato com as cooperadas e com o bairro Sta. Cruz dos Navegantes foi em Dezembro de 2007 quando fui até a cooperativa para conhecê-las no dia da festa de final de ano. Esse dia foi marcado por uma timidez minha e das cooperadas que levou a termos pouco contato. No entanto, a receptividade foi grande e teve direito a bolo, suco e convites para voltar em breve. Nesse dia combinei com as cooperadas que voltaria em janeiro para explicar a pesquisa e ficar um pouco mais com elas.

No dia 11 de janeiro de 2008 voltei à Cooperilha acompanhada da L., membro das ONG's E. N. e U. V. que acompanha semanalmente o trabalho da cooperativa. Nesse dia pude ficar mais tempo e conversar sobre o que era o meu trabalho e receber a autorização das cooperadas para que a pesquisa fosse lá. Para a cooperativa, um trabalho com esse é interessante para firmar a sua existência e comprovar, num documento formal, como se dão as relações de trabalho ali. Mais tarde, após a saída da L., começamos a nos aproximar mais. Nesse momento pude ter uma longa conversa com a Z. que me contou sua história de vida durante um lanche com café e biscoitos.

A partir desse dia as minhas visitas se tornaram freqüentes. A receptividade sempre foi grande e enquanto não servissem o lanche da tarde não me deixavam ir embora. As conversas com as cooperadas foram ocorrendo de forma tranqüila durante as horas de trabalho em que eu passava lá. Quando chegava o final da semana e eu dizia que voltaria na semana seguinte ou na outra, elas sempre enfatizavam para eu voltasse o quanto antes.

O ambiente descontraído é uma marca muito forte da Cooperativa. Ali estão apenas mulheres que tem muito em comum entre si. Apesar de as 13 mulheres que a compõem fazerem parte de gerações diferentes e possuírem histórias próprias, existem muitas confluências nos seus caminhos. A maioria delas veio do Norte ou Nordeste, são casadas e têm filhos. Aparentemente, a Cooperativa significa para muitas delas um espaço de socialização. Ali é um lugar onde elas vão exercer uma atividade que possui uma rentabilidade econômica, mas mais do que isso, é um ambiente em que podem ter momentos de troca com outras mulheres que vivem situações parecidas. Enquanto trabalham na produção, as conversas acontecem espontaneamente e, entre cantos e risadas, as horas passam rápido e os produtos aparecem prontos. Dona L., uma senhora que fala com orgulho ser a mais velha da turma, é a principal fonte de piadas e cantorias que garantem alguns momentos de riso. Além disso, o tratamento que é dado entre elas é sempre bem humorado, tranquilo e respeitoso. Claro que existem desavenças, mas todas dizem que lidam com isso como uma parte do trabalho que precisa ser superada. A sensação criada no convívio com elas é de que ali existem laços que vão além da relação de trabalho, foram criadas relações de amizade. Durante o dia as conversas passam pelos mais diversos assuntos e vão desde assuntos sérios particulares até conversas descompromissadas. Acompanhando esse ritmo foi possível conhecer melhor as pessoas que compõe a Cooperativa e como funciona esse espaço de trabalho.

Esse espaço feminino que tem como característica a integração, teve uma importância enorme na forma como se deu a relação com a cooperativa e como se desenrolaram as visitas. Apesar de existirem diferenças entre a minha realidade e a realidade das cooperadas, a situação descrita acima mostra uma das características mais fortes do meu objeto de estudo que exerceu uma influência grande no que pôde ser observado. Apesar de se tratarem de classes sociais diferentes, eu também sou do sexo feminino e posso compreender muitas das questões que são colocadas e discutidas, basicamente sou uma estranha no ninho, mas poderia ser mais estranha do que sou.

#### 4.3 A questão do gênero na organização autogestionária

Como a Cooperativa é um empreendimento formado apenas por mulheres, torna-se inevitável fazer uma análise de como a questão do gênero afeta o ambiente de trabalho da cooperativa. Na convivência com aquelas trabalhadoras, questões ligadas ao sexo feminino estiveram presentes tanto na execução da pesquisa como também na forma de

objeto de estudo. Ou seja, a relação com a pesquisadora ocorreu de determinada forma também porque se tratavam apenas de mulheres lidando com mulheres. Da mesma maneira, o fato de a cooperativa ser composta apenas por pessoas do sexo feminino afeta o modo como a organização trabalha e toma suas decisões.

Nas conversas, entrevistas e observações feitas nas visitas à cooperativa foi possível perceber que existia uma tranquilidade no fato de a pesquisadora ser mulher como todas que estavam trabalhando ali. A identificação com a pesquisadora através do gênero provavelmente fez com que aparecessem constantemente comentários e falas sobre a rotina doméstica e a conciliação dela com o trabalho. Foi, a partir dessas falas sobre o cotidiano doméstico e do trabalho e que será feita, a seguir, a discussão sobre o fator gênero nas relações entre as cooperadas.

Um dado inicial interessante é o fato de que as sete entrevistadas da cooperativa possuem um ou mais filhos, assim como quase todas as trabalhadoras da Cooperativa. Cinco delas são casadas e duas são viúvas. As idades dos filhos variam muito até porque a faixa etária das cooperadas varia de 18 a 64 anos. Sendo assim, falas como: *-(Eu) trabalhava até o menino nascer. Depois que ele nasceu o meu marido não deixou mais eu trabalhar. Daí, quando ele faleceu, eu trabalhei- ou -eu penso que educação da criança tem muito a ver quando a mãe trabalha fora que a mãe fica ausente e ficam sendo criados por outros. (...) Quando o pai trabalha fora e os filhos são criados pela mãe, tem aquela coisa assim, fica um ser humano melhor, né?-* são freqüentes nas conversas tidas com as cooperadas. Na maior parte dos casos, após o nascimento dos filhos, as mulheres pararam de trabalhar. Algumas relatam a intervenção do marido para que parassem de trabalhar, mas muitas colocam que precisaram parar, pois não conseguiam criar os filhos e manter um trabalho concomitantemente.

Mesmo com as grandes mudanças, nas últimas décadas, do papel feminino na sociedade, a dificuldade em conciliar o trabalho com a criação dos filhos, ainda hoje, é uma realidade comum entre as mulheres. Além disso, frequentemente, os homens não aceitam com tranquilidade a opção da mulher de adentrar ao mercado de trabalho. Na Cooperativa esses dilemas são recorrentes e facilmente perceptíveis no dia-a-dia.

Ao ser questionada sobre o que seu marido achava dela trabalhar na cooperativa, P. respondeu: *-No começo ele não queria de jeito nenhum. Falou 'não, não, não, vai ficar*

*tudo muito bagunçado, tu não vai ter tempo pra nada. Daí ele foi vendo que eram só três horas, daí ele então pegou e liberou, achou normal.*

O trabalho doméstico também aparece constantemente como um entrave. Ao perguntar sobre como fazem para relacionar o trabalho na cooperativa e os cuidados com a casa e com os filhos, percebe-se que essa ainda é uma dificuldade, pois acabam sempre por sacrificar algum dos lados: *-Ah, dá pra conciliar, eu tenho ajuda da minha mãe, ela fica com as crianças de segunda a sexta pra eu vir pra cá. (...) Dá pra conciliar, eu cuido das coisas tudo direitinho, deixo tudo organizado, já vou programando o meu dia...-* diz P., enquanto que para C.: *-Às vezes, dependendo do tanto de serviço que tem, atrapalha um pouco o dia-a-dia da gente, o trabalho doméstico.*

As dificuldades encontradas por mulheres que tentam adentrar ao mercado de trabalho são bastante conhecidas no que diz respeito à sua conciliação com os papéis de mãe e dona de casa. No entanto, normalmente, a estrutura oferecida pelos postos de trabalho tradicionais praticamente impossibilitam que a mulher concilie essas atividades. O que acaba acontecendo é que muitas mulheres deixam de trabalhar ou pagam alguém para ficar com os filhos.

Apesar disso também ocorrer com o trabalho na cooperativa, foi possível observar algumas diferenças. A primeira delas é a proximidade entre a Cooperativa e as casas das cooperadas e de seus familiares. Como a sede está dentro do bairro, não é raro ver as crianças passarem por lá para verem suas mães ou também, essas saírem da cooperativa por um curto espaço de tempo para resolver algo em casa.

Além da questão da localização, existe também uma compreensão mútua das dificuldades presentes na vida de cada uma delas. Como todas estão em situações parecidas, fez-se possível a criação de um ambiente que aceita e reconhece as necessidades das cooperadas. No entanto, a formulação desse espaço não ocorreu apenas devido a identificação das cooperadas entre si. Por meio das entrevistas e observações foi possível perceber que as causas pelas quais essas mulheres procuraram a cooperativa têm algo em comum.

Aparentemente, muitas das cooperadas procuraram a Cooperativa em busca de um espaço de socialização. Claro que a perspectiva de ter um incremento na renda era um

dos objetivos, porém, mais do que isso, elas queriam um espaço onde pudessem conversar com outras pessoas, trocar experiências e sair mais de casa. A grande maioria das mulheres são casadas com homens que trabalham ou possuem alguma outra fonte de renda. O que ganham na cooperativa acaba por significar apenas um incremento na renda do lar. E quando questionadas sobre as causas que as levaram trabalhar na Cooperativa ou se gostavam do trabalho, as respostas foram: *-quando veio a cooperativa, eu pensei 'eu vou lá (...) é um grupo de mulheres, vou lá, converso um pouquinho, espaireço um pouco.-*, ou então, *- Eu venho pra cá porque eu gosto. Se eu não gostasse eu ia arranjar outra coisa pra fazer pra não vir pra cá. Eu não ia trabalhar pra não ganhar o suficiente. Então eu gosto, me dou muito bem com elas.-* como coloca Dona M. L., uma das senhoras mais velhas da cooperativa. C., por sua vez diz: *- eu acho maravilhoso. A gente passa o tempo, conversa, aprende mais algumas coisas, né? -* e D. completa com *- para mim a cooperativa é muita coisa, muita coisa. É pouquinho, mas me divirto muito. Eu faço tratamento pra depressão lá no hospital Dia, né? Com psiquiatra há mais de dez anos. Então pra mim ela me ajuda muito. Eu me distraio, né? Então pra mim é muita coisa a cooperativa..* Esse espaço de dialogo permite a circulação dos papeis e atuações das cooperadas contribuindo para a diminuição do sofrimento causado pelo engessamento da identidade feminina já faz-se possível experimentar diversos papéis e identidades que não aquelas forçadamente postas pelo resto da sociedade.

O dia-a-dia na Cooperativa é bastante descontraído. As brincadeiras, piadas e risadas são constantes na rotina de trabalho. Além disso, é comum conversarem, enquanto trabalham, sobre os problemas que tiveram em casa ou sobre os filhos e maridos. Dessa forma, diariamente as cooperadas trocam dificuldades e encontram a ajuda nas suas parceiras. Isso faz com que seja possível conciliar o trabalho na cooperativa com o cuidado dos filhos e da casa, mas também, faz daquele espaço um lugar de descontração.

Nesse sentido, essa organização autogestionária traz a oportunidade da criação de um ambiente de trabalho em que as mulheres possam exercer uma profissão sem renegar a maternidade e vice-versa. Num espaço em que todas são donas do negócio e decidem as regras de forma igualitária e participativa, as necessidades e características das cooperadas podem ser reconhecidas e, eventualmente supridas. Como a Cooperilha é uma cooperativa formada apenas por mulheres, a troca de experiência e a identificação como um grupo de mães que trabalham ocorre diariamente e o resultado disso é um

ambiente de trabalho que apresenta flexibilidade suficiente para abarcar, como possível, as demandas dessas mulheres. Nesse sentido, ocorre um espaço de ação comunicativa que abrange a condição psicossocial da desalienação da identidade feminina e a diminuição do sofrimento. O espaço decisório acaba por se tornar uma ferramenta fundamental na redução de um sofrimento psíquico causado pelo olhar da sociedade para essas mulheres.

#### 4.4 O desconforto do trabalho com o lixo

Ao conversar com as cooperadas é fácil perceber que a palavra lixo não é muito bem-vinda. Quando querem falar da matéria-prima da sua produção falam em resíduos ou reciclados e não se sentem bem quando alguém menciona que trabalham com lixo. Em um determinado momento da visita alguém propôs que elas trabalhassem com a coleta do lixo reciclável do bairro, levando-o para a central de triagem. A reação de C.A. foi ilustrativa: *-Eu não vejo a gente trabalhando com lixo-*.

Essa situação nos leva a refletir sobre o significado do lixo para a sociedade e o papel que ele tem para as pessoas que o possuem como parte integrante do seu trabalho. Os principais produtos da Cooperativa têm como matéria-prima garrafas pet recolhidas no bairro, seja nas casas, na rua ou até no mangue. As garrafas não deixam de ser um objeto já utilizado por alguém que foi descartado, isso as configura como lixo. As garrafas coletadas nem sempre estão limpas e prontas para o uso, elas precisam passar por uma higienização antes de entrarem para o processo produtivo. Sendo assim, o que diferencia as garrafas do lixo?

Assumir o trabalho com o lixo acaba por significar assumir uma posição de inferioridade e, mais do que isso, de exclusão. As mulheres da Cooperativa relatam circunstâncias em que os outros moradores do bairro reagiam negativamente quando elas passam recolhendo as garrafas. Foram relatados momentos em que a família e os amigos riam do “triciclo horroroso” que usam para transitar nos dias de coleta. A discriminação não está apenas num lugar obscuro do imaginário, ela se manifesta explicitamente no cotidiano.

A fala das cooperadas sobre o trabalho vem sempre acompanhada de um discurso ambiental que tem a reciclagem como forma de salvar o planeta. Z. explica como o

trabalho com o óleo tem um papel importante para o meio ambiente: - *A gente sabe que o óleo faz mal pro meio ambiente, a gente faz sabão ou vende o óleo para fazer biodiesel*-. Esse discurso retira o sentido pejorativo do lixo e traz um novo significado também explícito claramente por Z.: - *Nós somos multiplicadoras de um trabalho bom, um trabalho positivo*.

Essa mudança do significado do lixo só pôde ocorrer porque a sociedade como um todo está, cada vez mais, valorizando iniciativas como essa. O que antes era visto como problema de ambientalista, hoje ameaça os cofres nacionais e a vida humana e, portanto, é problema internacional. A apropriação desse discurso por parte das cooperadas faz com que elas possam de alguma forma tentar reagir à humilhação de ter que trabalhar com o lixo alheio.

A construção desses significados e a aceitação do problema como uma oportunidade econômica são construções feitas por essas cooperadas. A organização autogestionária permite que elas imponham seus limites com aquele trabalho e digam não ao que acreditam exceder o aceitável. A ação comunicativa não proporciona necessariamente o sucesso e a satisfação de todos, mas ela permite que se chegue mais perto do consenso. A comunicação com igualdade é um exercício difícil já que precisa englobar opiniões diversas, no entanto, ela abre espaço para que se construa algo que esteja de acordo com as vontades e necessidades dos envolvidos.

A Cooperativa conseguiu construir um caminho em que o lixo não é lixo, pois não é fim, mas sim começo. Os resíduos dão vida a objetos úteis e bonitos que carregam consigo uma luta contra uma situação de exclusão. O exercício da igualdade aparece como forma de buscar uma identidade que as faça existir apesar do não pertencimento.

A presença do discurso técnico sobre o lixo, encaixando-o no cuidado ao meio ambiente, ainda não afastou o tabu entorno da sua manipulação. Ao mesmo tempo, o fato da linguagem técnica ambientalista e de mercado atribuírem novos significados ao descartado não significa a sua apropriação pelo mundo da vida, ou seja, por um espaço autogestionário. O que ocorre primeiro é a recusa do lixo. A sua apropriação como recurso, da ação instrumental, ainda não contaminou o espaço coletivo do mundo da vida.

#### 4. 5 Razão Instrumental e a Autogestão da Cooperativa

A Cooperilha, ao tentar construir um espaço de consenso, no qual o mundo da vida não precise se submeter ao mercado, passa por situações de conflito entre as razões comunicativa, estratégica e instrumental. Os técnicos da ONG trouxeram a proposta autogestionária e tentam fomentá-la idealizando um espaço em que a lógica regente é a da comunicação, do acordo. Por outro lado, existem outras preocupações que podem, muitas vezes, ocupar o espaço da autogestão, como uma colonização do mundo da vida, por questões de poder e do dinheiro.

A preocupação com a viabilidade financeira da cooperativa é compreensível, afinal, sem isso ela não poderia continuar existindo. O retorno financeiro é fundamental para as cooperadas que precisam dessa renda ao final do mês. Muitas vezes a busca por esse sucesso financeiro pode acabar atropelando a razão construída na ação comunicativa por meio da autogestão.

A escolha pelo trabalho com o lixo não foi feita pelas cooperadas, afinal elas já chegaram com a proposta pré-estabelecida. Essa escolha foi feita a partir de uma visão instrumental de que esse trabalho não só ajudaria na melhora do tratamento dado ao lixo da comunidade, mas principalmente, teria viabilidade financeira nos dias de hoje. O discurso em torno dos cuidados ambientais está na agenda mundial e, uma cooperativa que faz coisas criativas a partir do lixo seria bem aceita pelos consumidores preocupados com meio ambiente.

A escolha pelo trabalho com o lixo antecedeu o simbolismo negativo que esse tem para aquelas que executariam o trabalho, como foi explicitado anteriormente. Assim, a razão instrumental passa por cima de um aspecto importante da vida cotidiana e, talvez, essa decisão pudesse ser feita a partir de um consenso construído em uma estrutura organizacional autogestionária. Sendo assim, inicialmente, a razão instrumental preponderou em relação à ação comunicativa. No entanto, com o avanço da cooperativa e da sua estrutura autogestionária, hoje, faz-se possível ver um avanço da ação comunicativa. Ou seja, as decisões sobre os caminhos do empreendimento estão na mão do consenso entre as cooperadas.

A produção das flores de garrafa pet se deu de forma ilustrativa para essa discussão. Z. é uma das membras mais recentes da cooperativa. Ela já trabalhava com artesanato feito a partir da garrafa pet. Quando conheceu a cooperativa sugeriu que fizessem as flores de com a técnica que ela ensinaria. Houve alguma resistência por parte da equipe técnica já que aquele produto aparentava não ter um bom futuro. Apesar disso, as cooperadas gostaram da idéia e foi dado o início da produção. Hoje, as flores representam a maior venda cooperativa. Apesar de não possuírem um valor agregado muito alto, elas sustentam as vendas mínimas quando produtos maiores não são vendidos. Z. conta que quando chega com novas idéias é recebida com muita alegria pelas suas colegas que, juntamente com ela, aprovam ou não o início da produção.

Outra preocupação da equipe técnica é manter a legalidade da cooperativa. As questões jurídicas precisam estar em ordem para que o funcionamento da Cooperilha se dê regularmente. A preparação de uma Assembléia Ordinária está prevista na Lei cooperativista e é um dos mecanismos fundamentais de garantia da estrutura autogestionária. O seu estabelecimento segue a norma da racionalidade jurídica. No entanto, na Cooperilha não é na assembléia que as decisões são tomadas nem tampouco esse é um espaço importante de construção de idéias. A Assembléia Ordinária para ser registrada no Diário Oficial precisou ser preparada e executada para cumprir com a burocracia. Aqui se faz possível identificar também uma situação em que uma lógica burocrática de poder interfere no processo decisório da cooperativa. Ou seja, a lei brasileira acaba por artificializar o recurso de construção de consenso e aquilo passa a ser mais importante (já que é institucionalizado) do que a prática cotidiana da ação comunicativa.

Por fim, faz-se fundamental discutir que, apesar de os técnicos da ONG estarem interessados na construção de um espaço em que o diálogo e o consenso sejam as estruturas principais do processo de tomada de decisão, existe ali também um interesse em promover as suas carreiras profissionais. Ou seja, o sucesso da cooperativa, em todos os aspectos, significa um acréscimo importante no currículo das instituições e pessoas envolvidas. Dessa forma, os interesses particulares dos técnicos e das cooperadas pautam os caminhos da cooperativa. O meio poder da razão estratégica possui uma influência grande naquele espaço e, pode muitas vezes, ocupar o ambiente de busca de consenso por meio da comunicação. Os interesses pessoais fazem parte de qualquer realidade em que vivemos, mas eles precisam respeitar o espaço da ação

comunicativa para que o ambiente do mundo vivido, do consenso, não seja prejudicado. Além disso, a ação comunicativa pode vir a significar uma diferenciação dos interesses pessoais, enriquecendo-os e tornando-os mais compatíveis com a realidade coletiva. Ou seja, a manutenção da cooperativa não deveria ser somente um interesse particular, mas ascender a um interesse coletivo por ser um espaço autogestionário e de garantia da sobrevivência.

Todas essas preocupações fazem parte do cotidiano de qualquer instituição que se forma nos dias de hoje. No entanto, quando se trata de uma proposta autogestionária o cuidado com o respeito do espaço reservado ao diálogo deve ser maior ainda. A autogestão da cooperativa precisa ser forte o suficiente para impedir uma entrada maciça da razão técnica que pode ser representada pelo discurso da ONG, mas também pode entrar pela realidade em que vivemos onde a razão da eficiência e do dinheiro são tão predominantes. Ou seja, ao final a principal força da ação comunicativa nesse caso é ela mesma. A característica autogestionária desse empreendimento traz para ele a possibilidade de lutar contra uma invasão avassaladora das razões técnica e instrumental.

## **5. Conclusão**

Uma cooperativa formada apenas por mulheres possui características próprias que, provavelmente, não existiriam se também tivessem homens ali. A forma como se dão as decisões, bem como as escolhas feitas pelas cooperadas estão intimamente ligadas as cooperadas, a sua psique e ao seu papel na sociedade. Da mesma forma, ter como material de trabalho, objetos reconhecidos como lixo gera sentimentos de rejeição provenientes da materialização da exclusão social e, portanto, a construção da história da cooperativa será completamente afetada por essa situação.

As formas discursivas apresentadas a respeito desses dois fatores mostram diferenças importantes para a emancipação e a autogestão. A humilhação e o sofrimento são diminuídos, na reelaboração da identidade de gênero, no espaço da ação comunicativa. Já o lixo, materializa a exclusão e, a ação comunicativa, as discussões em grupo, lhe negam a simbolização e rejeitam a sua associação com as cooperadas.

Assim, esse trabalho tentou mostrar como uma organização autogestionária é majoritariamente constituída pela ação comunicativa e os aspectos psicossociais das pessoas que ali trabalham e, a forma como esses aspectos forem expressados define a identidade dessa instituição.

A experiência da Iniciação Científica foi muito interessante pela sua intensidade. A vontade de construir algo relevante me trouxe uma responsabilidade enorme. Sendo assim, é uma fase de profundo auto-conhecimento já que o trabalho, na maior parte do tempo é com você mesmo. Após esse trabalho algumas coisas eu já posso falar sobre o que gosto e o que não gosto, o que tenho algum talento e o que não tenho nenhum talento.

A disciplina para o trabalho também foi um aprendizado enorme. Durante um ano pude construir a minha pesquisa. Apesar das entregas parciais de relatórios, só dependia de mim e da minha disciplina fazer o trabalho ser mais ou menos completo. Nessa empreitada procurei entrar a fundo, mostrando para mim mesmo como é possível e saudável usar o tempo a seu favor de forma a permitir a aquisição e digestão das informações sem pressa para a entrega de um resultado. A forma como as informações foram sendo processadas mostrou para mim que a reflexão possui um tempo próprio que precisa ser respeitado para chegar a bons frutos.

O primeiro contato com o conhecimento científico foi muito rico pois ele possui suas peculiaridades e, em uma iniciação científica, faz-se possível entrar em contato com ele com a responsabilidade, apenas, de ser um aprendiz. Após esse trabalho, alguns passos do processo científico foram desvendados e incorporados ao meu repertório.

Além do intuito científico dessa pesquisa, ela, como seu próprio nome diz, serviu para uma iniciação científica. Sendo assim, ela serviu para dar início a uma história. Os momentos de busca por informações e as empreitadas na tentativa de realizar uma análise foram árduas. Cada novo passo da pesquisa era acompanhado de uma descoberta e, conseqüentemente, do medo que qualquer descoberta envolve, o medo do novo, do desconhecido.

Por outro lado, cada achado vinha acompanhado de um brilho no olho e uma vontade enorme de ir em busca de mais, de continuar descobrindo. Quando chegava um momento

em que parecia que as descobertas tinham acabado, novamente surgiam desafios. Assim foi na redação deste relatório e assim continua sendo ao terminar a iniciação científica.

## 6. Referências

CARMO, M. S. ; OLIVEIRA, J. A. P. ; ARRUDA, R. G. L. . O Trabalho com Resíduos pelos Classificadores - o Papel da Semântica do Lixo no Reconhecimento Social e Identidade Profissional. In: *XXX EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2006, Salvador. Anais do XXX EnANPAD, 2006.*

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos Sociais em Debate. In.: *Psicologia USP*, 2003, 14(3), 57-72

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: *Psicologia Social: o homem em movimento*. 13.ed.São Paulo: Brasiliense, 1994;

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação Social: um Problema Político em Psicologia. In.: *Psicologia USP* vol. 9, n.2, São Paulo, 1998.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. In: *RAP revista de Administração Pública*. v37, n.1, (p. 11- 31). Jan/Fev. 2003

FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica: Ontem e Hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

GAIGER, Luiz Inácio Germany . A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Cadernos do CRH, UFBA - Salvador*, n. 39, p. 181-211, 2003. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 2007

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la accion comunicativa II*. Madri: Taurus, 1987

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 9. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1934.

KEHEL, Maria Rita. *Deslocamentos do Feminino*. São Paulo, Imago, 1998

LISBOA, Armando de Melo. *Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites*. In.: *RAE revista de administração de empresas*. v.45, n.3, (p.109-115) Jul./Set. 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REPA, Luiz. Jürgen Habermas e o Modelo Reconstutivo de Teoria Crítica. In.: NOBRE, Marcos. *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

SEVERINO, A. Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22.ed.São Paulo: Cortez, 2002;

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In.: *Estudos Avançados* 18 (51), 2004.

## 7. Índice de Figuras

Ilustração 1: Mapa de Localização - Sta Cruz dos Navegantes .....	15
Ilustração 2: Mapa de Localização - Cooperilha .....	18
Ilustração 3 : Rua da Cooperilha .....	19
Ilustração 5: Sede da Cooperilha vista do fundo.....	19
Ilustração 4: Produção de flores de garrafa pet .....	20
Ilustração 4: Um dia de trabalho.....	20
Ilustração 5: Garrafas pet higienizadas .....	21

---